CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVA**ATO DA PRESIDÊNCIA 004/2016**

Dispõe sobre o recesso de expediente administrativo na sede do Poder Legislativo Municipal no mês de dezembro de 2016.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVA**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a alínea "I", do inciso VI, do artigo 23 da Resolução nº 12 de 20 de novembro de 1992 (Regimento Interno), resolve expedir o seguinte Ato:

Art. 1º Fica estabelecido que no período de **23 a 29 de dezembro de 2016**, o expediente administrativo na Câmara Municipal de Itapeva será realizado das 08h00 às 12h00, e no dia **30 de dezembro não haverá expediente**.

§1º Os servidores que no corrente ano usufruíram de apenas 1 (uma) falta abonada, ficarão em recesso do expediente administrativo do dia **26 a 29 de dezembro de 2016**.

Art. 2º Não são abrangidos pelo recesso administrativo a que se refere este Ato os funcionários terceirizados desta edilidade.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Vereador Euclides Modenezi, 21 de dezembro de 2016.

OZIEL PIRES DE MORAIS
PRESIDENTE

ATO DA PRESIDÊNCIA 005/2016

Dispõe sobre o Expediente no Recesso Parlamentar do mês de janeiro/2017.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVA**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a alínea "I", do inciso VI, do artigo 23 da Resolução nº 12 de 20 de novembro de 1992 (Regimento Interno), resolve expedir o seguinte Ato:

Art. 1º O Expediente da Câmara Municipal durante o **Recesso Parlamentar** – período de 01/01 a 31/01/2017, será das **8h00 às 13h00**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Ver. Euclides Modenezi, 21 de dezembro de 2016.

OZIEL PIRES DE MORAES
PRESIDENTE

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 001/17

Dispõe sobre o expediente no dia 12/01/2017, durante o recesso Parlamentar do mês de Janeiro de 2017.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVA**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a alínea "I", do inciso VI, do artigo 23 da Resolução nº 12 de 20 de novembro de 1992 (Regimento Interno), resolve expedir o seguinte ato:

Art. 1º Fica estabelecido que durante o recesso parlamentar, excepcionalmente no dia 12/01/2017, o expediente administrativo na Câmara Municipal de Itapeva, será das 8h às 11h30 e das 13h30 às 18h, a fim de ministrar um workshop para os vereadores eleitos, assessores e servidores do legislativo Municipal.

Art. 2º Tendo em vista o trabalho em período integral conforme disposto no artigo anterior, não haverá expediente administrativo no dia 13/01/2017.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo inalteradas as demais disposições contidas no Ato da Presidência nº 005/2016.

Palácio Vereador Euclides Modenezi, 04 de janeiro de 2017.

OZIEL PIRES DE MORAES
PRESIDENTE

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato nº 016/2016

Modalidade: Tomada de Preços nº 002/2016

Processo nº 114/2016

Contratante: Câmara Municipal de Itapeva

Contratada: CECAM – CONSULTORIA ECONÔMICA, CONTÁBIL E ADMINISTRATIVA MUNICIPAL LTDA

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços com fornecimento dos sistemas informatizados para microcomputadores, abrangendo conversão de dados, implantação e capacitação do quadro de pessoal, e assistência técnica mensal, visando atender aos setores desta Administração, conforme o caso, sendo: Orçamento-Programa, Execução Orçamentária, Contabilidade Pública e Tesouraria; Compras, Licitações e Gerenciamento de Contratos; Sistema de Patrimônio.

Valor do Contrato: R\$ 85.140,00 (oitenta e cinco mil, cento e quarenta reais)

Fundamento Legal: Lei 8.666/93

Vigência: 05/01/2018

Data de Assinatura: 05/12/2016

QUARTO TERMO DE ALTERAÇÃO AO CONTRATO Nº 005/2013 - PRORROGAÇÃO

CARTA CONVITE Nº 001/2013

PROCESSO Nº 003/2013

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVA

CONTRATADA: EMBRAS – Empresa Brasileira de Sistemas LTDA

OBJETO: Cessão de direito de uso de software de administração de licitações e compras, patrimônio, almoxarifado e recursos humanos, com implantação, treinamento, manutenção e suporte técnico.

VALOR GLOBAL: R\$ 14.126,64 (quatorze mil, cento e vinte e seis reais e sessenta e quatro centavos)

VIGÊNCIA: Pelo presente termo de alteração, fica prorrogada a vigência do Contrato até 24 de junho de 2017

Fundamento Legal: Art. 57 II, da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA: 14 de dezembro de 2016.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 117/2016

Fundamentado no art. 24, inciso XVII, da Lei de Licitações, RATIFICO a DISPENSA DE LICITAÇÃO visando a aquisição de peças para revisão de 120.000km do veículo oficial do legislativo – Placa FYY 0540

Empresa Contratada: BACABA VEÍCULOS LTDA

CNPJ nº: 07.220.448/0002-40

Valor Global: R\$ 622,06 (seiscentos e vinte e dois reais e seis centavos)

Dotação: 7/3.3.90.30.39 – Material p/ manutenção de veículos

Data: 16/12/2016

OZIEL PIRES DE MORAES
Presidente da Câmara Municipal de Itapeva

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 118/2016

Fundamentado no art. 24, inciso XVII, da Lei de Licitações, RATIFICO a DISPENSA DE LICITAÇÃO visando a prestação de serviços de revisão de 120.000km do veículo oficial do legislativo – Placa FYY 0540

Empresa Contratada: BACABA VEÍCULOS LTDA

CNPJ nº: 07.220.448/0002-40

Valor Global: R\$ 642,32 (seiscentos e quarenta e dois reais e trinta e dois centavos)

Dotação: 9/3.3.90.30.39 – Material para manutenção de veículos

Data: 16/12/2016

OZIEL PIRES DE MORAES
Presidente da Câmara Municipal de Itapeva

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**RESOLUÇÃO SME Nº 01, DE 03 DE JANEIRO DE 2017.**

ALTERA a redação do Artigo 5º da Resolução nº 06/2015, itens "a" e "b" que dispõe sobre os procedimentos relativos às substituições nas Classes de Suporte Pedagógico do Quadro do Magistério da Rede Municipal de Ensino de Itapeva.

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE ITAPEVA**, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e,

Continuação da Pagina 4

CONSIDERANDO a publicação do Decreto Municipal nº 9.521/2016 que extingue o cargo de Coordenador de Normas Pedagógicas,

RESOLVE

Art. 1º A redação do Artigo 5º da Resolução nº 06/2015, itens “a” e “b” que dispõe sobre os procedimentos relativos às substituições nas Classes de Suporte Pedagógico do Quadro do Magistério da Rede Municipal de Ensino de Itapeva, passa a dispor com a seguinte redação:

A escolha será feita por uma comissão designada para tal finalidade, a qual será composta na seguinte conformidade:

- a) Para Supervisor de Educação Básica:
- 3 Supervisores Titulares;
 - 1 Coordenador Geral;
 - Assessor Técnico de Planejamento Educacional;
 - Presidente da Comissão de Atribuição;
 - Secretário Municipal da Educação.
- b) Para Diretor de Escola:
- Supervisor da Unidade Escolar e mais 2 Supervisores Titulares;
 - 1 Coordenador Geral;
 - Presidente da Comissão de Atribuição;
 - Secretário Municipal da Educação.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Itapeva, 03 de janeiro de 2017.

Andrei Alberto Muzel
Secretário Municipal da Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL

Itapeva, 24 de novembro de 2016.

Processo nº. 45/2013

DECISÃO

O presente Processo Administrativo Disciplinar versa sobre eventual transgressão disciplinar praticada pelo guarda civil municipal D.R.S.

A autoridade competente teve conhecimento do fato gerador da suposta transgressão no dia 26 de junho de 2012.

Nesse ínterim, a Portaria nº. 5.762 de 30 de outubro de 2013 que instaurou processo administrativo disciplinar foi publicada em 11 de novembro de 2013, qual interrompeu o prazo prescricional, bem como suspendeu o prazo por 60 (sessenta dias). Não houve prorrogação da Portaria para continuação dos trabalhos.

Entretanto, em 15 de setembro de 2014, foi instaurada nova Portaria, mas sem validade para interrupção do prazo, já que este pode ser interrompido apenas uma única vez.

Assim, pode-se observar que desde a data da publicação da primeira Portaria, que interrompeu o prazo prescricional até os dias atuais já se passaram mais de 02 (dois) anos, encontrando-se, portanto, prescrita a intenção da Administração em punir o funcionário, como se extrai do Estatuto do Funcionário Público de Itapeva/SP – Lei Municipal nº. 1.777/2002:

ARTIGO 139 - Prescreverão: em 1 (um ano), as faltas disciplinares sujeitas à pena de advertência; em 2 (dois anos), as faltas disciplinares sujeitas à pena de suspensão;

§ 1º - O prazo prescricional começa a correr do dia em que a autoridade tomar conhecimento da existência da falta.

§ 2º - Interrompe-se a prescrição pela instauração de sindicância ou procedimento administrativo.

Isto posto, não acolho a recomendação da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar que opinou pelo Arquivamento dos autos e a consequente Absolvição, mas decido pelo Arquivamento dada a intercorrência da prescrição, qual impede o Município em dar andamento no respectivo processo, bem como posterior responsabilidade ao funcionário.

Dê ciência ao funcionário.

Publique-se.

IVAIR LEONARDO PATRIARCA
Secretário Municipal de Defesa Social

Itapeva, 24 de novembro de 2016.

Processo nº. 46/2013

DECISÃO

O presente Processo Administrativo Disciplinar versa sobre eventual transgressão disciplinar praticada pela guarda civil municipal E.O.S.

A autoridade competente teve conhecimento do fato gerador da suposta transgressão no dia 06 de agosto de 2012.

Nesse ínterim, a Portaria nº. 5.758 de 30 de outubro de 2013 que instaurou processo administrativo disciplinar foi publicada em 11 de novembro de 2013, qual interrompeu o prazo prescricional, bem como suspendeu o prazo por 60 (sessenta dias). Não houve prorrogação da Portaria para continuação dos trabalhos.

Entretanto, em 05 de janeiro de 2015, foi instaurada nova Portaria, mas sem validade para interrupção do prazo, já que este pode ser interrompido apenas uma única vez.

Assim, pode-se observar que desde a data da publicação da primeira Portaria, que interrompeu o prazo prescricional até os dias atuais já se passaram mais de 02 (dois) anos, encontrando-se, portanto, prescrita a intenção da Administração em punir o funcionário, como se extrai do Estatuto do Funcionário Público de Itapeva/SP – Lei Municipal nº. 1.777/2002:

ARTIGO 139 - Prescreverão: em 1 (um ano), as faltas disciplinares sujeitas à pena de advertência; em 2 (dois anos), as faltas disciplinares sujeitas à pena de suspensão;

§ 1º - O prazo prescricional começa a correr do dia em que a autoridade tomar conhecimento da existência da falta.

§ 2º - Interrompe-se a prescrição pela instauração de sindicância ou procedimento administrativo.

Isto posto, não acolho a recomendação da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar que opinou pelo Arquivamento dos autos e a consequente Absolvição, mas decido pelo Arquivamento dada a intercorrência da prescrição, qual impede o Município em dar andamento no respectivo processo, bem como posterior responsabilidade ao funcionário.

Dê ciência a funcionária.

Publique-se.

IVAIR LEONARDO PATRIARCA
Secretário Municipal de Defesa Social

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 290/2016

DECISÃO

Vistos e analisados os autos do processo, consta que o GCM 1ª Classe V.A.M., matriculado sob o nº 7674 foi acusado do cometimento de conduta transgressional de natureza grave, capitulada no inciso IX, do artigo 27, da Lei nº 3.608/2013, que dispõe sobre Estatuto Plano de Carreira e Remuneração da Guarda Civil Municipal, por haver, no município de Itapeva/SP, no dia 17 de outubro de 2015, quando previamente e nominalmente escalado das 17h00 às 05h00, na Base Comunitária Carlos Flávio, teria se apresentado ao serviço com sinais notórios de embriaguez.

A Investigação Preliminar realizada pela Corregedoria da GCM ouviu as testemunhas e GCMs Fonseca, Gilberto, Raquel e Plateano, inclusive o próprio investigado, ocasião em que a autoria e materialidade da infração puderam ser constatadas.

Remetidos os autos à Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar o processo foi devidamente instaurado através da Portaria nº. 6.597 de 5 de fevereiro de 2016 e publicada em 15 de fevereiro do mesmo ano.

O GCM acusado foi devidamente citado do presente e intimado para apresentar Defesa Prévia, conforme se verifica em fls. 28/31. Da mesma forma representou pela prescrição da pretensão punitiva, alegação qual não foi acolhida.

O indiciado foi devidamente ouvido nesta fase processual, ocasião em que também apresentou suas Alegações Finais remissivas.

Após todo o trâmite, a Comissão emitiu Relatório Conclusivo, qual recomendou pela penalidade de Suspensão ao servidor indiciado, já que tanto a autoria como a materialidade da infração capitulada foram devidamente confirmadas.

Assim, com fundamento no artigo 34, inciso II do Estatuto da Guarda

Continua na Pagina 6